

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX
1 RESPONSABILIDADE CIVIL NAS ATIVIDADES DE ENSINO PRIVADAS	
<i>Regina Beatriz Tavares da Silva</i>	
1.1 Considerações iniciais	3
1.2 Pressupostos e fundamentos da responsabilidade civil...	4
1.3 Obrigações de meio e de resultado. Distinção fundamental. Natureza da obrigação da instituição de ensino privada de domínio do conhecimento pelo aluno.....	8
1.4 Aplicação prática da distinção entre obrigações de meio e de resultado nas obrigações das instituições de ensino privadas	10
1.4.1 Obrigações de meio.....	10
1.4.2 Obrigações de resultado.....	12
1.5 Responsabilidade dos alunos e de seus representantes legais perante a instituição de ensino	23
1.6 Considerações finais.....	26
2 RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
<i>Carlos Alberto Dabus Maluf</i>	
2.1 Introdução	35



2.2	Esforço histórico	37
2.3	A responsabilidade civil das concessionárias de serviço público na Constituição de 1988	40
2.4	A responsabilidade civil das concessionárias de serviço público no direito consumerista	48
2.5	Das concessões de serviço público – responsabilidade civil	52
2.6	Conclusões	59

3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO JUIZ E DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

Cláudio Luiz Bueno de Godoy

3.1	Introdução	63
3.2	Responsabilidade civil do juiz	64
3.2.1	Responsabilidade do juiz e do Estado	64
3.2.2	As hipóteses legais de pessoal responsabilidade do juiz	70
3.2.3	Atividade jurisdicional e atividade não jurisdicional do juiz. Abuso no exercício da função judicante.....	78
3.2.4	Ação direta contra o juiz?	85
3.2.5	Conclusão do item.....	88
3.3	Responsabilidade civil do promotor de justiça	89
3.3.1	Pressupostos comuns ao item anterior	89
3.3.2	Fatores particulares no regime da responsabilização civil do promotor de justiça.....	93
3.3.3	As manifestações públicas do promotor de justiça.....	96

4 RESPONSABILIDADE CIVIL NA ÁREA BANCÁRIA

Ênio Santarelli Zuliani

4.1	Introdução	109
4.1.1	Função e importância dos bancos e os reflexos da atividade da responsabilidade civil	109

4.1.2	Responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual ou aquiliana	111
4.1.3	As novas vertentes da responsabilidade civil	114
4.2	O fator violência e os incidentes com as portas giratórias e detectoras de metais, produzindo bloqueio de acesso, com constrangimento aos consumidores.....	118
4.2.1	Assaltos no interior das agências e em estacionamentos	123
4.2.2	A questão de assaltos e mortes nos caixas eletrônicos instalados fora do âmbito das agências ou em ruas e logradouros públicos	127
4.2.3	O problema da prova de furtos e roubos anônimos ou sigilosos	129
4.3	Abertura de contas correntes com documentos falsos ..	132
4.4	Pagamento de cheques falsificados e adulterados	138
4.4.1	O saque eletrônico fraudulento	143
4.4.2	Seqüestro relâmpago	145
4.4.3	Cartão clonado	145
4.5	A responsabilidade dos bancos pela repercussão dos financiamentos que liberam para seus clientes	146
4.6	Conclusão.....	153

5 RESPONSABILIDADE CIVIL NO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

Francisco Eduardo Loureiro

5.1	O contrato preliminar	167
5.2	O compromisso de compra e venda como contrato preliminar impróprio	171
5.3	O direito real de promitente comprador.....	176
5.4	Os regimes jurídicos do compromisso de compra e venda.....	178
5.5	As prestações principais, acessórias e os deveres laterais de conduta assumidos pelas partes no compromisso de compra e venda.....	180

5.6 As obrigações do promitente comprador. O dever de consentir na celebração do contrato definitivo. O pagamento do preço. A mora. A resolução. A cláusula penal. As benfeitorias e acessões	184
5.7 As obrigações do promitente vendedor. O dever de consentir na celebração do contrato definitivo. A adjudicação compulsória. A entrega da posse. A documentação relativa ao imóvel	204
5.8 Questões polêmicas mais freqüentes sobre o compromisso de compra e venda. A outorga uxória. O condomínio edilício. A responsabilidade pelo fato da coisa.....	212
5.9 Conclusão.....	216

6 RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO, EMPREITADAS E INCORPORAÇÕES

Ênio Santarelli Zuliani

6.1 Introdução: função social do contrato que versa sobre construção	223
6.2 Empreitadas e incorporações	226
6.3 O controvertido art. 618 do CC e a responsabilidade contratual decorrente de vícios e defeitos da construção	229
6.4 Situações reais e comentários sobre os julgados respectivos	237
6.4.1 Interrupção da obra e os riscos do abandono: a posição do empreiteiro	240
6.4.2 A solidariedade entre empreiteiro e engenheiro pelos danos decorrentes de defeitos na construção	244
6.4.3 Expectativa de que uma nova era se descortine a partir das indenizações por danos morais	250
6.5 Conclusão.....	253

7 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS DECORRENTES DO TRANSPORTE

Hamid Charaf Bdine Júnior

7.1 Introdução	263
7.2 O contrato de transporte.....	264
7.3 Contrato de transporte e legislação aplicável.....	266
7.3.1 Conflitos entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor	266
7.4 Transporte cumulativo e solidariedade.....	270
7.5 Transporte de pessoas e responsabilidade por danos.....	273
7.5.1 Danos à bagagem e extravio	277
7.6 Excludentes de responsabilidade.....	279
7.6.1 Força maior	279
7.6.2 Conduta da vítima	283
7.6.3 Fato de terceiro.....	285
7.6.4 Cláusula excludente da obrigação de indenizar ...	288
7.7 Transporte gratuito	288
7.8 Transporte de coisas	290
7.8.1 Transporte rodoviário de cargas.....	292
7.9 Transporte aéreo	294
7.9.1 Atraso de vôo	295
7.9.2 Perda ou extravio de bagagem	297
7.9.3 Danos a terceiros.....	298
7.9.4 Acidente aéreo.....	299
7.9.5 <i>Overbooking</i>	300
7.10 A título de conclusão.....	301

8 RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS ATOS DE TERCEIROS E PELO FATO DE COISAS

José Fernando Simão

8.1 Introdução	311
8.2 Responsabilidade por ato de terceiro – danos causados por incapazes	317



8.2.1	Fundamento da responsabilidade por ato de terceiro	317
8.2.1.1	Culpa dos representantes e empregadores: a responsabilidade subjetiva	318
8.2.1.2	Presunção de culpa dos representantes e dos empregadores.....	321
8.2.1.3	Fundamento no risco: a responsabilidade objetiva	328
8.2.2	A responsabilidade subsidiária do incapaz – arts. 928 e 942, parágrafo único	331
8.2.2.1	Hipóteses em que o incapaz deve indenizar a vítima	332
8.2.2.2	Valor da indenização e a equidade.....	336
8.3	Responsabilidade pelo fato de coisa.....	337
8.4	Conclusões	341

9 RESPONSABILIDADE CIVIL NA PERDA DOS ENTES QUERIDOS

Hamid Charaf Bdine Júnior

9.1	Introdução	349
9.2	Conceito	351
9.3	Critérios para identificação do dano extrapatrimonial..	353
9.4	Pessoas que fazem jus à indenização decorrente do óbito de outra.....	354
9.5	Critério para distribuição da indenização em face da diversidade de titulares do direito indenizatório	359
9.6	Morte de filho	362
9.7	Morte de pais, mães, cônjuges e companheiros	363
9.8	Outras relações afetivas.....	365
9.9	Notas conclusivas.....	366

10 RESPONSABILIDADE CIVIL POR OFENSA À MEMÓRIA DE PESSOA FALECIDA

Regina Beatriz Tavares da Silva

10.1	O caso em análise	373
------	-------------------------	-----



10.1.1 Razões da escolha do caso.....	373
10.1.2 Ofensas à memória de pessoa falecida.....	373
10.1.3 Caracterização das ofensas à memória da pessoa falecida.....	375
10.1.4 Demanda judicial de reparação de danos promovida pela filha da falecida.....	376
10.2 Fundamento da reparação civil por ofensa à memória de pessoa falecida e seus pressupostos.....	379
10.2.1 Fundamento legal expresso no Código Civil de 2002	379
10.2.2 Pressupostos da responsabilidade civil	382
10.2.3 Indispensável análise do primeiro pressuposto: ação ilícita.....	383
10.3 O direito à honra, o direito à imagem e o direito à vida privada do finado: necessidade de reconhecimento do direito à memória de pessoa falecida.....	385
10.3.1 Direito à honra	385
10.3.2 Direito à imagem.....	386
10.3.3 Direito à vida privada.....	387
10.3.4 Autonomia evidenciada do direito à memória de pessoa falecida	389
10.4 Violação à memória da pessoa falecida no caso em tela.....	393